

MS Participações S.A.

Demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2023

ÍNDICE

Relatório dos Auditores Independentes sobre as demonstrações contábeis 1

Demonstrações contábeis auditadas

Balanços patrimoniais	4
Demonstrações dos resultados	5
Demonstrações dos resultados abrangentes	6
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	7
Demonstrações dos fluxos de caixa	8
Notas explicativas às demonstrações contábeis	9

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Aos acionistas e Administradores da
MS Participações Societárias S.A.
São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da MS Participações Societárias S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Opinião sobre as demonstrações contábeis individuais

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidade da diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações contábeis consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das

demonstrações contábeis, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aquele que foi considerado como mais significativo na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constitui o principal assunto de auditoria. Descrevemos esse assunto em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em



**Building a better
working world**

nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 08 de maio de 2024

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-034519/O

Adilvo França Junior
Contador CRC- 1BA021419/O

MS PARTICIPAÇÕES S.A.
BALANÇOS PATRIMIAIS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais – R\$)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2023	2022	2023	2022
ATIVO CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	3	3	5	706	9.238
Investimentos de curto prazo	3	-	34	-	34
Contas a receber de clientes	4	-	-	4.210	8.020
Cauções e depósitos vinculados	5	-	-	-	66
Estoques	6	-	-	10.227	9.154
Dividendos a receber		14.408	13.489	-	-
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		-	-	3.334	2.368
Outros tributos a recuperar		6	6	66	1.916
Outros ativos		-	-	1.892	713
TOTAL ATIVO CIRCULANTE		14.417	13.534	20.435	31.509
ATIVO NÃO CIRCULANTE					
Cauções e depósitos vinculados	5	-	-	208.076	169.617
Conta de ressarcimento	7	-	-	3.507	123
Tributos diferidos		13	13	2.188	1.241
Investimentos em controladas	8	295.786	210.732	-	-
Outros ativos		-	-	97	1.542
Imobilizado, líquido	9	118	253	281.963	295.977
Intangível, líquido		83	57	4.449	4.660
TOTAL ATIVO NÃO CIRCULANTE		296.000	211.055	500.280	473.160
TOTAL DO ATIVO		310.417	224.589	520.715	504.669
PASSIVO CIRCULANTE					
Fornecedores		3	1	3.046	6.149
Empréstimos e financiamentos	10	-	-	18.675	17.751
Contas a pagar partes relacionadas		-	44	1.477	2.740
Conta de ressarcimento	7	-	-	8.983	29.049
Passivo de arrendamento		-	-	523	685
Imposto de renda e contribuição social a pagar		-	-	2.048	4.223
Outros tributos a pagar		-	4	440	746
Dividendos a pagar		852	-	852	-
TOTAL PASSIVO CIRCULANTE		855	49	36.044	61.343
PASSIVO NÃO CIRCULANTE					
Empréstimos e financiamentos	10	-	-	140.054	156.434
Contas a pagar partes relacionadas		-	-	-	1.537
Conta de ressarcimento	7	-	-	22.056	23.325
Passivo de arrendamento		-	-	8.413	10.639
Provisão para desmobilização		-	-	4.378	26.213
Provisões para processos judiciais e outros		-	-	-	430
Dividendos a pagar		771	771	771	771
Outras obrigações		-	-	208	208
TOTAL PASSIVO NÃO CIRCULANTE		771	771	175.880	219.557
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital social subscrito e integralizado		221.738	180.713	221.738	180.713
Reserva de lucros		87.053	43.056	87.053	43.056
TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO	11	308.791	223.769	308.791	223.769
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		310.417	224.589	520.715	504.669

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

MS PARTICIPAÇÕES S.A.**DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS**
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais – R\$)

Notas	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Receita operacional líquida	12	-	91.151	77.040
Custo de produção e operação de energia	13	(97)	(36.113)	(31.002)
LUCRO BRUTO		(97)	55.038	46.038
Gerais e administrativas	14	(125)	(3.671)	(5.089)
Outras (despesas) receitas operacionais		114	(705)	242
TOTAL DAS DESPESAS E RECEITAS OPERACIONAIS		(11)	(4.376)	(4.847)
RESULTADO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS TRIBUTOS		(11)	50.662	41.191
Receitas financeiras		8	20.439	13.610
Despesas financeiras		-	(17.476)	(20.400)
TOTAL DO RESULTADO FINANCEIRO	15	8	2.963	(6.790)
Resultado de equivalência patrimonial		44.852	-	-
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO		44.849	53.625	34.401
Imposto de renda e contribuição social corrente		-	(9.327)	(6.648)
Imposto de renda e contribuição social diferido		-	551	308
TOTAL DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO	16	-	(8.776)	(6.340)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		44.849	44.849	28.061

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

MS PARTICIPAÇÕES S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais – R\$)

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	44.849	28.061	44.849	28.061
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
TOTAL DOS RESULTADOS ABRANGENTES, LÍQUIDO DE IMPOSTOS	44.849	28.061	44.849	28.061

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

MS PARTICIPAÇÕES S.A.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais – R\$)

Descrição	Notas	Capital social subscrito e integralizado	Reserva de lucros		Lucros acumulados	Total do Patrimônio Líquido
			Reserva Legal	Reserva de Investimentos		
Saldos em 31 de dezembro de 2021		143.460	1.733	13.795	-	158.988
Lucro líquido do exercício		-	-	-	28.061	28.061
Aumento de capital social		37.253	-	-	-	37.253
Constituição de Reserva legal		-	1.403	-	(1.403)	-
Constituição de Reserva de investimentos		-	-	26.125	(26.125)	-
Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	(533)	(533)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	11	180.713	3.136	39.920	-	223.769
Lucro líquido do exercício		-	-	-	44.849	44.849
Aumento de capital social		41.025	-	-	-	41.025
Constituição de Reserva legal		-	2.242	-	(2.242)	-
Constituição de Reserva de investimentos		-	-	41.755	(41.755)	-
Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	(852)	(852)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	11	221.738	5.378	81.675	-	308.791

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

MS PARTICIPAÇÕES S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Valores expressos em milhares de reais – R\$)

Notas	Controladora		Consolidado		
	2023	2022	2023	2022	
Atividades operacionais:					
Lucro Líquido do exercício	44.849	28.061	44.849	28.061	
Ajustes para conciliar o lucro (prejuízo) líquido do exercício com o caixa das atividades operacionais:					
Depreciação e amortização	13	92	47	17.781	14.199
Atualização monetária de ressarcimento	15	-	-	1.386	-
Juros sobre passivo de arrendamento	15	-	-	909	827
Receita sobre cauções e depósitos vinculados	15	-	-	(19.338)	(12.841)
Receita aplicação financeira em investimento curto prazo	15	(1)	(46)	(1)	(137)
Encargos financeiros de dívidas	15	-	-	9.445	10.065
Tributos e contribuições sociais diferidos		-	-	(551)	-
Resultado de equivalência patrimonial	8	(44.852)	(28.356)	-	-
		88	(294)	54.480	40.174
Variação de ativos e passivos operacionais		529	552	(27.469)	20.472
Juros resgatados de investimentos de curto prazo		4	57	4	248
(Aplicações) resgates em investimentos de curto prazo		32	384	32	6.441
Pagamento de imposto de renda e contribuição social		(560)	-	(10.711)	(23.515)
Pagamento de empréstimos e financiamentos (Juros)		-	-	(7.046)	(7.746)
Pagamento de juros sobre passivo de arrendamento		-	-	(909)	(827)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		93	699	8.381	35.247
Atividades de investimentos:					
Aquisições de ativo imobilizado e intangível	9	-	-	(20.412)	(14.346)
Aumento de capital social em controladas	8	(41.120)	(37.973)	-	-
Aplicações/Resgates de cauções e depósitos vinculados	6	-	-	1.404	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		(41.120)	(37.973)	(19.008)	(14.346)
Atividades de financiamentos:					
(Aplicações) Resgates de cauções e depósitos vinculados	6	-	-	(20.487)	(32.323)
Pagamento de empréstimos e financiamentos (principal)		-	-	(17.793)	(16.886)
Custo de empréstimos e debêntures (custos de transação e prêmios)		-	-	(62)	-
Pagamento de passivo de arrendamento (principal)		-	-	(589)	(638)
Aumento de capital	11	41.025	37.253	41.025	37.253
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades de financiamentos		41.025	37.253	2.094	(12.594)
(Redução) aumento de caixa e equivalentes de caixa					
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa		(2)	(21)	(8.533)	8.307
		5	26	9.238	931
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa		3	5	705	9.238

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

1 INFORMAÇÕES GERAIS

A MS Participações Societárias S.A. (“Companhia”), é uma sociedade anônima de capital fechado, fundada em 17 de setembro de 2021, com sede na Avenida Engenheiro Luiz Carlos Berrini, nº 1.376, ESC 121, Sala MS Participações, Torre A – Torre Nações Unidas, Cidade das Monções, CEP 04571-936, na Cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo, tem por objetivo a participação em outras sociedades nacionais ou estrangeiras, na qualidade de sócia ou acionista.

A Companhia é diretamente controlada pela AES Brasil Operações S.A. e indiretamente pela The AES Corporation (“AES Corp”), sediada nos Estados Unidos da América.

As controladas incluídas nas demonstrações consolidadas, possuem junto à Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”) a seguinte autorização e registro de geração, conforme Leilão de Energia de Reserva (“LER”) e portaria do Ministério de Minas e Energia (“MME”):

Parque Gerador	Contrato	Portaria MME	Publicação portaria	Vigência da autorização	Prazo de autorização	Unidades geradoras	Capacidade e instalada MW	Garantia física MWm (i)
Bela Vista	2º LER/2009	741/2010	20/08/2010	19/08/2045	35 anos	13	27,3	11,8
Embuaca	2º LER/2009	732/2010	18/08/2010	17/08/2045	35 anos	13	27,3	11,1
Icaraí	2º LER/2009	601/2010	01/07/2010	30/06/2045	35 anos	8	16,8	7,8
Mar e Terra	2º LER/2009	867/2010	26/10/2010	25/10/2045	35 anos	11	23,1	8,4
						45	94,5	39,1

Comercialização de energia elétrica

A comercialização de energia elétrica da Companhia, é como segue:

Parque Gerador	Contrato	Energia anual contratada (MWh)			Prazo			
		Compradora	Energia anual contratada	Preço Médio atualizado MWh	Inicial	Final	Índice de correção	Mês de reajuste
Bela Vista	2º LER/2009	CCEE	96.360	336,86	jul/12	jun/32	IPCA	Julho
Embuaca	2º LER/2009	CCEE	96.360	333,42	jul/12	jun/32	IPCA	Julho
Icaraí	2º LER/2009	CCEE	61.320	333,44	jul/12	jun/32	IPCA	Julho
Mar e Terra	2º LER/2009	CCEE	70.080	336,88	jul/12	jun/32	IPCA	Julho
			324.120					

2 BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Em 08 de maio de 2024, a Diretoria da Companhia autorizou a conclusão das presentes demonstrações contábeis, submetendo-as nesta data à aprovação dos Acionistas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas de acordo as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC e estão em conformidade com as normas internacionais de relatórios financeiros (*International Financial Reporting Standards – IFRS*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB*. No caso da Companhia, essas práticas diferem das normas internacionais de contabilidade (*International Financial Reporting Standards – IFRS*), somente no que se refere à capitalização de juros incorridos pela controladora, em relação aos ativos em construção de suas controladas.

A Companhia considerou as orientações contidas na Orientação Técnica OCPC 07 na elaboração das suas demonstrações contábeis. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis estão evidenciadas nas notas explicativas e correspondem às utilizadas pela Administração da Companhia na sua gestão.

2.2 Continuidade operacional

Em 31 de dezembro de 2023, com base nos fatos e circunstâncias existentes nesta data, a Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e, apesar de apresentar capital circulante líquido negativo nas demonstrações contábeis consolidadas no montante de R\$15.609 (R\$29.834 negativo em 31 de dezembro de 2022), está convencida de que suas operações têm capacidade de geração de fluxo de caixa suficiente para honrar seus compromissos de curto prazo e, assim dar continuidade a seus negócios no futuro.

A Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Caso o caixa não seja suficiente para honrar seus compromissos, a Companhia dependerá de aporte de recursos por parte de seus acionistas. Assim, estas demonstrações contábeis foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

Esta afirmação é baseada nas expectativas da Administração em relação ao futuro da Companhia e de suas controladas, sendo consistentes com o seu plano de negócios. A Companhia prepara no início de cada exercício, Planos de Negócios Anual e Quinquenal, que compreendem os orçamentos anuais e plurianuais, todos os planos de investimento de capital, os planos estratégicos e os programas de manutenção das instalações da Companhia e de suas controladas. Os planos são acompanhados durante o exercício pelos órgãos de governança da Companhia e de suas controladas, podendo sofrer alterações.

2.3 Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis foram preparadas e estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações.

2.4 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Companhia faz o uso de julgamentos e estimativas com base nas informações disponíveis, bem como adota premissas que impactam os valores das receitas, despesas, ativos e passivos. Quando necessário, os julgamentos e as estimativas estão suportados por pareceres elaborados por especialistas. As premissas adotadas pela Companhia são revisadas periodicamente no curso ordinário dos negócios.

2.5 Pronunciamentos novos ou alterados que estão vigentes em 31 de dezembro de 2023

A Companhia avaliou os novos pronunciamentos ou alterações realizadas aos pronunciamentos já existentes e, quando aplicável, os implementou conforme requerido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”). A aplicação de tais alterações quando aplicáveis, e que resultaram em alterações materiais para as políticas contábeis adotadas pela Companhia foram apresentadas nas respectivas notas explicativas.

2.6 Pronunciamentos novos ou alterados, mas ainda não vigentes em 31 de dezembro de 2023

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas ainda não vigentes até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, foram avaliadas e, até o momento, não foi identificado a possibilidade de ocorrência de impactos significativos para essas normas e interpretações novas e alteradas. A Companhia pretende adotá-las, se aplicável, quando entrarem em vigor.

2.7 Critérios de consolidação

As controladas diretas são consolidadas desde a data de aquisição, que corresponde à data na qual a Companhia obteve o controle, e serão consolidadas até a data que cessar tal controle.

As principais práticas de consolidação adotadas foram as seguintes:

- Transações e saldos em transações entre a Controladora e controladas ou entre as controladas são eliminados.

O exercício social das controladas incluídas na consolidação coincide com o da Controladora, as políticas contábeis são aplicadas de forma uniforme àquelas utilizadas pelas suas controladoras e são consistentes com aquelas utilizadas no exercício anterior. As transações entre a Controladora e Companhias controladas são realizadas em condições estabelecidas entre as partes.

As demonstrações contábeis consolidadas contemplam as informações da Companhia e de suas controladas, todas sediadas no Brasil, cujas práticas contábeis estão consistentes com as adotadas pela Companhia.

3 CAIXA, EQUIVALENTES DE CAIXA E INVESTIMENTOS DE CURTO PRAZO

Os investimentos que, na data de sua aquisição têm prazo de vencimento maior que três meses, mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e de alta liquidez são prontamente conversíveis em caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor são registrados como equivalentes de caixa.

O caixa e equivalentes de caixa estão classificados como custo amortizado, reconhecidos inicialmente pelo valor justos e ajustados posteriormente pelas amortizações do principal, pelos juros calculados com base no método de taxa de juros efetiva.

Os investimentos de curto prazo em CDB-DI são mensurados ao valor justo por meio do resultado, os investimentos de curto prazo estão demonstrados pelo custo acrescido dos juros auferidos, por não apresentarem diferença significativa em relação ao seu valor de mercado.

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Caixa e equivalentes de caixa				
Numerário disponível	3	5	278	260
Operações compromissadas	-	-	428	8.978
Subtotal	3	5	706	9.238
Investimentos de curto prazo				
CDB-DI	-	34	-	34
Total	-	34	-	34
Total	3	39	706	9.272

Em 31 de dezembro de 2023, os investimentos de curto prazo estão representados por operações com compromissadas com liquidez diária e rentabilidade média de 99% do Certificado de Depósito Interbancário – CDI (100% em 31 de dezembro de 2022).

4 CONTAS A RECEBER

Os saldos de contas a receber incluem valores referentes ao suprimento de energia elétrica, incluindo transações no mercado de curto prazo. Estes recebíveis são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e, posteriormente, mensurados pelo custo amortizado e podem ser reduzidos por perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa ("PECLD").

As controladas avaliaram seus históricos de recebimentos e identificaram que não estão expostas a um elevado risco de crédito, uma vez que eventuais saldos vencidos e não recebidos são mitigados por contratos de garantias financeiras assinados na contratação dos leilões de energia ou na formalização de contratos bilaterais.

A abertura do contas a receber de clientes por vencimento em 31 de dezembro de 2023 é como segue:

	Consolidado	
	2023	2022
Leilões de Energia Eólica	4.210	8.020
Total	4.210	8.020

5 CAUÇÕES E DEPÓSITOS VINCULADOS

	Consolidado	
	2023	2022
Circulante		
Garantias de financiamento (i)	-	66
Subtotal	-	66
Não Circulante		
Garantias de financiamento (i)	206.027	166.164
Cauções e depósitos vinculados relativos a processos judiciais (ii)	2.049	3.453
Subtotal	208.076	169.617
Total	208.076	169.683

- (i) Refere-se às Contas Reservas da Dívida, que se destinam aos pagamentos de principal, juros e obrigações dos contratos de dívida da Companhia no montante de R\$ 206.027 na Demonstração contábil consolidada. A integralidade dos recursos retidos, nestas contas, deve ser aplicada, seguindo as restrições mencionadas nos documentos de emissão. O saldo destas contas, em sua totalidade, está aplicado em certificados de depósitos bancários e fundos, com rentabilidade média consolidada de 95,48% do CDI.
- (ii) Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 as controladas possuem depósitos judiciais para litígios cíveis, relacionado a processos de servidão administrativa referente a implantação da linha de transmissão. A Companhia e suas controladas têm a possibilidade de ter reembolso do pagamento no caso do resultado favorável.

A movimentação dos cauções e depósitos vinculados para os exercícios findos de 31 de dezembro de 2023 e 2022 é como segue:

Saldos em 31 de dezembro de 2021	126.412
Adições	118.397
Atualização monetária	10.948
Baixas e resgates	(86.074)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	169.683
Adições	96.032
Atualização monetária	19.338
Baixas e resgates	(76.977)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	208.076

6 ESTOQUES

	Consolidado	
	2023	2022
Almoxarifado	10.227	9.154
Total	10.227	9.154

O almoxarifado é composto por materiais de reposição (peças sobressalentes). Os estoques são registrados ao custo de aquisição, reduzido de provisão para ajuste ao valor de realização, quando aplicável, e são avaliados com base no “custo médio ponderado”.

7 CONTA DE RESSARCIMENTO

Os Contratos de Energia de Reserva celebrados entre a Companhia que opera contratos do LER 2009, estabelecem que sejam apuradas em cada ano contratual as diferenças entre a energia gerada das usinas e a energia contratada. Se a contraprestação em um contrato incluir um valor variável, a Companhia reflete o valor da contraprestação a que terá direito em troca da transferência de bens ou serviços para o cliente. A contraprestação variável reflete o valor justo mais provável do ressarcimento, na qual não são esperados pela Companhia reversões significativas.

Os contratos estabelecem limites para os desvios positivos ou negativos com aplicação de bônus ou penalidades, conforme as regras descritas abaixo:

- Os ressarcimentos por desvios negativos de geração (abaixo da faixa de tolerância – 10%) serão pagos em 12 parcelas mensais uniformes ao longo do ano contratual seguinte, valorados a 115% do preço de venda vigente, para os parques do LER 2009.
- Os ressarcimentos que estiverem na faixa de tolerância de 10% de geração serão ressarcidos em 12 parcelas após possíveis compensações com desvios positivos iniciados após o final do primeiro quadriênio contado a partir do início de suprimento do contrato, valorado ao preço contratual vigente, para os parques do LER 2009.

Os ressarcimentos dos parques eólicos do LER 2009 por desvios positivos de geração (acima da faixa de tolerância de 30% para o LER) serão recebidos em 12 parcelas mensais uniformes ao longo do ano contratual seguinte para o caso do LER 2009. Os ressarcimentos que estiverem na faixa de tolerância de 30% de geração serão recebidos em 24 parcelas após possíveis compensações com desvios negativos iniciando após o final do primeiro quadriênio contado a partir do início de suprimento do contrato, valorado ao preço contratual vigente para os parques do LER 2009. O segundo ciclo do LER 2009 se encerrou em junho de 2021.

A movimentação dos saldos de ressarcimento nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 é como segue:

	Consolidado	
	Ativo	Passivo
Saldos em 31 de dezembro de 2021	10.208	36.371
Adição / reversão	(10.085)	10.522
Atualização monetária	-	5.481
Saldos em 31 de dezembro de 2022	123	52.374
Adição / reversão	3.384	10.726
Amortização	-	(36.327)
Transferência	-	2.880
Atualização monetária	-	1.386
Saldos em 31 de dezembro de 2023	3.507	31.039

Cronograma de processamento dos ressarcimentos

Os eventos de *Constrained-off* ("c-off") de usinas eólicas assim como de outras fontes de energia são decorrentes dos comandos do Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS para redução de geração devido limitações de escoamento dessa geração na rede de transmissão ou ainda devido à redução de carga observada no Sistema Interligado Nacional – SIN.

Nessas situações, o gerador encontra-se impedido de atender seus contratos ou outros compromissos por meio da geração de suas próprias unidades geradoras. Essa frustração da geração caracteriza o custo de oportunidade atrelado ao c-off de usinas.

O Despacho nº 2.303/2019 emitido pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, determinou à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE que suspendesse os ressarcimentos relativos aos eventos de c-off das usinas eólicas atrelados à contratação de energia elétrica no ambiente regulado e à contratação de energia de reserva até que decisão final sobre a regulação fosse tomada. Com a aprovação da Resolução Normativa ANEEL nº 927 de 2021 que estabeleceu os procedimentos e critérios para apuração e pagamento de restrição de operação por c-off de usinas eólicas, ficou pendente por parte da CCEE a publicação de cronograma de processamento dos ressarcimentos.

Em 23/12/2022 a CCEE divulgou o comunicado (CO 970/22), informando cronograma de processamento dos ressarcimentos para usinas eólicas e solares, considerando a energia não fornecida por c-off das usinas comprometidas com Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado – CCEAR por Disponibilidade e Contratos de Energia de Reserva - CER.

As reapurações irão considerar a regra do “período transitório” que contempla apenas os meses de janeiro de 2018 a setembro de 2021. Os efeitos de c-off serão calculados para CCEARs e CERs com término do ano contratual até setembro de 2021.

Para o “período definitivo”, referente a outubro de 2021 em diante, a CCEE comunicou que ainda não é possível prever um cronograma de reapurações, uma vez que o processo da Consulta Pública ANEEL nº 22/2022 com os aprimoramentos das regras de comercialização em atendimento à REN nº 927/2021 não foi concluído.

Em função das restrições, que são c-off para usinas eólicas e solares, em outubro de 2023, a Associação Brasileira de Energia Eólica - "ABEEólica" e a Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica - "ABSOLAR", em conjunto com seus associados, ingressou com ação judicial e pedido liminar para revisão das normas atuais considerando principalmente a necessidade de ressarcimento de qualquer evento de c-off. Ainda em outubro de 2023, foi proferida decisão indeferindo o pedido liminar. Em função da negativa, em novembro de 2023 foi protocolado recurso de agravo de instrumento, o qual foi deferido.

8 INVESTIMENTOS

A Companhia detém investimentos em empresas controladas. Esses investimentos são avaliados com base no método de equivalência patrimonial nas demonstrações contábeis da controladora e são, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor de custo. O controle é obtido quando a Companhia tem o poder de controlar as políticas financeiras e operacionais de uma entidade para auferir benefícios de suas atividades.

	Controladora	
	2023	2022
Participações societárias permanentes:		
Avaliadas pelo método de equivalência patrimonial	288.184	199.048
Avaliadas pelo método de equivalência patrimonial - JOA	7.602	11.684
Total	295.786	210.732

A movimentação dos investimentos no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021 é como segue:

Movimentação dos investimentos	31/12/2022	Dividendos mínimos obrigatórios	Aumento de capital	Equivalência Patrimonial	Capitalização de juros (i)	31/12/2023
Bela Vista	78.952	(293)	2.695	15.433	(1.021)	95.766
Embuaca	39.588	(273)	15.100	14.940	(1.020)	68.335
Icaraí	39.073	(179)	12.630	9.426	(1.020)	59.930
Mar e Terra	53.119	(174)	10.695	9.135	(1.020)	71.755
Total	210.732	(919)	41.120	48.934	(4.081)	295.786

Movimentação dos investimentos	31/12/2021	Dividendos mínimos obrigatórios	Aumento de capital	Equivalência Patrimonial	Capitalização de juros (i)	31/12/2022
Bela Vista	53.915	(262)	11.569	14.152	(422)	78.952
Embuaca	28.351	-	9.427	2.232	(422)	39.588
Icaraí	26.397	(75)	9.014	4.159	(422)	39.073
Mar e Terra	36.252	(175)	7.963	9.502	(423)	53.119
Total	144.915	(512)	37.973	30.045	(1.689)	210.732

- (i) Juros sobre obras em andamento (“JOA”): Com o objetivo de financiar principalmente a construção destes empreendimentos, a Controladora captou recursos por meio de empréstimos de longo prazo, no início de suas operações. Em função do ativo qualificável estar registrado nas Controladas e os financiamentos durante o período de construção na Controladora, nas demonstrações contábeis individuais da Companhia, a capitalização foi reconhecida nas rubricas “Investimentos” em contrapartida ao “Resultado de equivalência patrimonial”. Já nas demonstrações contábeis consolidadas, está apresentado como “Imobilizado, líquido” em contrapartida ao resultado financeiro, na rubrica “Juros capitalizados transferidos para o imobilizado/intangível em curso”. A movimentação do saldo em 31 de dezembro de 2023 refere-se apenas a amortização do saldo, uma vez que, as controladas estão em operação.

As principais informações sobre as controladas estão apresentadas abaixo:

Controladas	Quantidade de ações do capital social	Valor do ativo	Valor do passivo	Valor do patrimônio líquido	Valor do capital social	Lucro líquido do exercício
Bela Vista	57.888.749	151.672	59.371	92.301	42.870	15.433
Embuaca	66.446.618	139.452	72.577	66.875	52.660	14.940
Icaraí	60.522.458	98.513	39.408	59.105	42.130	9.426
Mar e Terra	55.454.778	123.381	53.480	69.901	43.503	9.135
Total		513.018	224.836	288.182	181.163	48.934

9 IMOBILIZADO

A Companhia e suas controladas utilizam os critérios definidos pelo Órgão Regulador, para determinação da vida útil estimada dos bens do ativo imobilizado, sendo que, no julgamento da Administração, tais vidas úteis refletem, significativamente, a vida útil econômica dos ativos.

Os bens do ativo imobilizado foram inicialmente mensurados a custo na data de aquisição, e são deduzidos das respectivas depreciações nas mensurações subsequentes.

A depreciação é calculada pelo método linear com base nas taxas determinadas pela ANEEL, que na avaliação da administração, representam a vida útil dos bens, limitando-se ao período de autorização.

Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, essas partes são reconhecidas como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Da mesma forma, quando uma manutenção relevante for feita, o seu custo é reconhecido no valor contábil do imobilizado, se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração de resultado, quando incorridos.

Um item do ativo imobilizado é baixado quando é vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado pelo seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo são incluídos na demonstração do resultado, no exercício em que o ativo for baixado.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido em “Outras receitas e despesas operacionais” na demonstração do resultado.

A provisão para desmantelamento de ativos refere-se aos custos e despesas a serem incorridos, assim como a obrigação que a Companhia deverá liquidar, no futuro, para retirada de serviço dos seus ativos de longo prazo do Complexo eólico. A mensuração inicial é reconhecida como um passivo descontado a valor presente e, posteriormente, através do acréscimo de despesas financeiras ao longo do tempo. O custo de desativação de ativos equivalente ao passivo inicial é capitalizado como parte do valor contábil do ativo sendo depreciado durante o período de vida útil do ativo.

(a) A composição do ativo imobilizado é a seguinte:

	Controladora			
	2023			2022
	Taxas médias anuais de depreciação (%)	Custo	Depreciação acumulada	Saldo líquido
Máquinas e equipamentos	11,86%	79	(66)	13
Móveis e utensílios e outros	6,25%	384	(279)	105
Imobilizado em serviço		463	(345)	118
Imobilizado em curso (i)		-	-	132
Bens vinculados às concessão e autorizações		463	(345)	118
Total Imobilizado		463	(345)	118

	Consolidado			
	2023			2022
	Taxas médias anuais de depreciação (%)	Custo	Depreciação acumulada	Saldo líquido
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,17%	70.667	(32.503)	38.164
Máquinas e equipamentos	5,58%	362.456	(175.409)	187.047
Móveis e utensílios e outros	6,25%	978	(788)	190
Veículos	14,29%	621	(350)	271
Imobilizado em serviço		434.722	(209.050)	225.672
Imobilizado em curso (i)		48.755	-	48.755
Bens vinculados às concessão e autorizações		483.477	(209.050)	274.427
Direito de uso de terreno arrendado (ii)	5,56%	11.530	(3.994)	7.536
Total Imobilizado		495.007	(213.044)	281.963

- (i) O saldo de imobilizado em curso é composto, por material em depósito, máquinas e equipamentos e veículos em fase de imobilização. Esses ativos serão classificados como imobilizado em serviço assim que entrarem em operação.
- (ii) As controladas reconhecem os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento. Esses ativos são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova mensuração dos passivos de arrendamento. São depreciados linearmente pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos. As controladas reconheceram ativos de direitos de uso dos terrenos arrendados, com vida útil definida estimada de 18 anos e depreciados a uma taxa média de 5,56%.

(b) Movimentação do ativo imobilizado

A movimentação dos saldos de ativo imobilizado nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 é como segue:

	Controladora			
	Saldos em 31 de dezembro de 2022	Adições	Transferências (i)	Saldos em 31 de dezembro de 2023
Máquinas e equipamentos	175	-	(96)	79
Móveis e utensílios e outros	225	-	159	384
Imobilizado em serviço	400	-	63	463
Imobilizado em curso (i)	132	-	(132)	-
Bens vinculados às concessão e autorizações	532	-	(69)	463
Subtotal	532	-	(69)	463
Depreciação / Amortização arrendamento	(279)	(36)	(30)	(345)
Total Imobilizado	253	(36)	(99)	118

	Controladora		
	Saldos em 31 de dezembro de 2021	Adições	Saldos em 31 de dezembro de 2022
Máquinas e equipamentos	175	-	175
Móveis e utensílios e outros	225	-	225
Imobilizado em serviço	400	-	400
Imobilizado em curso	132	-	132
Bens vinculados às concessão e autorizações	532	-	532
Subtotal	532	-	532
Depreciação / Amortização arrendamento	(232)	(47)	(279)
Total Imobilizado	300	(47)	253

	Consolidado					
	Saldos em 31 de dezembro de 2022	Adições	Remensuração (i)	Juros capitalizados	Transferências (ii)	Saldos em 31 de dezembro de 2023
Edificações, obras civis e benfeitorias	70.628	-	-	-	39	70.667
Máquinas e equipamentos	384.696	-	(28.442)	-	6.202	362.456
Móveis e utensílios e outros	819	-	-	-	159	978
Veículos	572	-	-	-	49	621
Imobilizado em serviço	456.715	-	(28.442)	-	6.449	434.722
Imobilizado em curso	24.170	16.331	-	4.081	4.173	48.755
Bens vinculados às concessão e autorizações	480.885	16.331	(28.442)	4.081	10.622	483.477
Direito de uso de terreno arrendado	13.328	-	(2.088)	-	290	11.530
Subtotal	494.213	16.331	(30.530)	4.081	10.912	495.007
Depreciação / Amortização arrendamento	(198.236)	(17.486)	5.379	(3.786)	1.085	(213.044)
Total Imobilizado	295.977	(1.155)	(25.151)	295	11.997	281.963

	Consolidado					
	Saldos em 31 de dezembro de 2021	Adições	Provisão para Desmantelamento	Juros Capitalizados	Transferências (ii)	Saldos em 31 de dezembro de 2022
Edificações, obras civis e benfeitorias	80.745	-	-	-	(10.117)	70.628
Máquinas e equipamentos	327.042	-	23	-	57.631	384.696
Móveis e utensílios e outros	367	-	-	-	452	819
Veículos	241	-	-	-	331	572
Imobilizado em serviço	408.395	-	23	-	48.297	456.715
Imobilizado em curso	33.692	14.346	-	-	(23.868)	24.170
Bens vinculados às concessão e autorizações	442.087	14.346	23	-	24.429	480.885
Direito de uso de terreno arrendado	10.891	2.437	-	-	-	13.328
Subtotal	452.978	16.783	23	-	24.429	494.213
Depreciação / Amortização arrendamento	(163.658)	(13.500)	(84)	(1.689)	(19.305)	(198.236)
Total Imobilizado	289.320	3.283	(61)	(1.689)	5.124	295.977

- (i) Em dezembro de 2023, com base em laudos de especialistas, a Companhia remensurou a estimativa das provisões para desmobilização de suas controladas, revendo as premissas de acordo com a política contábil do Grupo AES. Dessa forma, houve uma remensuração no montante de R\$ 25.151.
- (ii) O valor de R\$ 11.997 refere-se a reclassificações de estoque para o imobilizado. Em 2022 o valor de R\$ 5.124 refere-se a reclassificações de intangível para o imobilizado.

A Companhia e suas controladas revisam, no mínimo, anualmente, a existência de eventos ou mudanças que possam indicar deterioração no valor recuperável dos ativos não circulantes ou de longa duração. O valor recuperável é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de venda é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo.

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia e suas controladas não identificaram indicativos de perda do valor recuperável de seu ativo imobilizado.

10 EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Os saldos de empréstimos e financiamentos são compostos da seguinte forma:

		Consolidado 2023								Total circulante + não circulante
		Circulante			Não Circulante			Total		
Empréstimos e financiamentos	Vencimento	Principal	Encargos	Custos de transação	Total	Principal	Custo de transação			
Bela Vista	BNB	2030	3.815	765	(431)	4.149	29.808	(2.336)	27.472	31.621
Bela Vista	BNDES	2029	1.948	38	(195)	1.791	9.577	(960)	8.617	10.408
Embuaca	BNB	2030	3.986	79	(475)	3.590	29.851	(2.574)	27.277	30.867
Embuaca	BNDES	2030	1.623	35	(154)	1.504	8.793	(835)	7.958	9.462
Icaraí	BNB	2031	2.018	57	(273)	1.802	22.528	(1.748)	20.780	22.582
Icaraí	BNDES	2029	1.688	32	(116)	1.604	8.156	(563)	7.593	9.197
Mar e Terra	BNB	2033	2.295	849	(374)	2.770	36.454	(3.150)	33.304	36.074
Mar e Terra	BNDES	2029	1.582	32	(148)	1.465	7.780	(727)	7.053	8.518
Total da dívida			18.955	1.887	(2.166)	18.675	152.947	(12.893)	140.054	158.729

		Consolidado 2022								Total circulante + não circulante
		Circulante			Não Circulante			Total		
Empréstimos e financiamentos	Vencimento	Principal	Encargos	Custos de transação	Total	Principal	Custo de transação			
Bela Vista	BNB	2030	3.518	846	(359)	4.005	33.622	(2.839)	30.783	34.788
Bela Vista	BNDES	2029	1.929	44	(268)	1.705	11.411	(1.083)	10.328	12.033
Embuaca	BNB	2030	3.762	88	(428)	3.422	33.837	(3.097)	30.740	34.162
Embuaca	BNDES	2030	1.607	40	(202)	1.445	10.313	(941)	9.372	10.817
Icaraí	BNB	2031	1.765	61	(235)	1.591	24.546	(2.058)	22.488	24.079
Icaraí	BNDES	2029	1.671	37	(154)	1.554	9.746	(642)	9.104	10.658
Mar e Terra	BNB	2033	2.055	894	(324)	2.625	38.748	(3.574)	35.174	37.799
Mar e Terra	BNDES	2029	1.567	35	(198)	1.404	9.269	(824)	8.445	9.849
Total da dívida			17.874	2.045	(2.168)	17.751	171.492	(15.058)	156.434	174.185

10.1 Movimentação dos empréstimos e financiamentos é como segue:

	Consolidado
Saldos em 31 de dezembro de 2021	188.752
Encargos financeiros	7.981
Pagamento de principal	(16.886)
Pagamento de encargos financeiros	(7.746)
Amortização de custos de transação	2.084
Saldos em 31 de dezembro de 2022	174.185
Encargos financeiros	6.732
Variação monetária	484
Pagamento de principal	(17.793)
Pagamento de encargos financeiros	(7.046)
Diferimento dos custos de transação	(62)
Amortização dos custos de transação	2.229
Saldos em 31 de dezembro de 2023	158.729

10.2 Características dos contratos de empréstimos e financiamentos estão descritas a seguir:

Eólica	Descrição	Valor ingresso	Data da emissão	Taxa contratual	Pagamento de juros	Sistema de amortização do principal	Montante	Vencimento	Finalidade
Bela Vista	BNB	54.900	27/05/2013	2,55% (pré)	Semestral	Semestral	31.621	Maió/2030	Construção do Parque Eólico
Bela Vista	BNDES	29.100	16/07/2013	TJLP + 1,66%	Mensal	Mensal	10.408	Novembro/2029	Construção do Parque Eólico
Embuaca	BNB	59.700	01/05/2013	2,50% (pré)	Semestral	Semestral	30.867	Maió/2030	Construção do Parque Eólico
Embuaca	BNDES	23.700	16/07/2013	TJLP + 1,76%	Mensal	Mensal	9.462	Maió/2030	Construção do Parque Eólico
Icarai	BNB	33.900	27/05/2013	2,55% (pré)	Semestral	Semestral	22.582	Maió/2031	Construção do Parque Eólico
Icarai	BNDES	25.400	16/07/2013	TJLP + 1,66%	Mensal	Mensal	9.197	Outubro/2029	Construção do Parque Eólico
Mar e Terra	BNB	50.000	27/05/2013	2,50% (pré)	Semestral	Semestral	36.074	Maió/2033	Construção do Parque Eólico
Mar e Terra	BNDES	23.700	16/07/2013	TJLP + 1,88%	Mensal	Mensal	8.518	Novembro/2029	Construção do Parque Eólico

10.3 Parcelas relativas ao principal dos empréstimos, financiamentos e custos de transação, atualmente classificadas no passivo não circulante.

	Consolidado		
	Empréstimos	Custos de transação	Total
2025	20.276	(2.272)	18.004
2026	21.601	(2.272)	19.329
2027	22.612	(2.272)	20.340
2028	23.673	(2.272)	21.401
Após 2029	64.785	(3.805)	60.980
Total	152.947	(12.893)	140.054

10.4 Compromissos financeiros – “Covenants”

Como forma de monitoramento da situação financeira da Companhia e suas controladas, seus credores, utilizam-se dos covenants financeiros, descritos nos contratos empréstimos e financiamentos.

Em 31 de dezembro de 2023, a Administração da Companhia e suas controladas mantiveram o acompanhamento dos seus índices financeiros das dívidas.

Objetivo	Covenant
Índice de cobertura do serviço da dívida ("ICSD"): calculado a partir da divisão da geração de caixa pelo serviço da dívida calculado ao final de cada exercício social. - BNDES e BNB	ICSD: $\geq 1,3x$

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, todos os covenants das obrigações contratadas foram atendidos em sua plenitude.

11 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

11.1 Capital Social

Em 31 de dezembro de 2023 o quadro acionário da Companhia é composto como segue:

	2023	2022
	Quantidade	Quantidade
Acionistas		
AES Brasil Operações S.A.	1.804.027.805	1.763.002.805
Total das ações ordinárias	1.804.027.805	1.763.002.805

Em 31 de dezembro de 2023 o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$221.738 (R\$180.713 em 31 de dezembro de 2022), composto por 1.804.027.805 (1.763.002.805 em 31 de dezembro de 2022) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal.

Aumento de capital

Em 31 de março de 2023 foi realizada a Assembleia Geral Extraordinária para disciplinar sobre matéria da proposta de aumento de capital da Companhia no montante de R\$3.070. A matéria foi aprovada por unanimidade decorridos os ritos processuais determinados na Lei nº 6.404/1976, art. 174.

Em 30 de junho de 2022 foi realizada a Assembleia Geral Extraordinária para disciplinar sobre matéria da proposta de aumento de capital da Companhia no montante de R\$13.165. A matéria foi aprovada por unanimidade decorridos os ritos processuais determinados na Lei nº 6.404/1976, art. 174.

Em 30 de setembro de 2023 foi realizada a Assembleia Geral Extraordinária para disciplinar sobre matéria da proposta de aumento de capital da Companhia no montante de R\$9.760. A matéria foi aprovada por unanimidade decorridos os ritos processuais determinados na Lei nº 6.404/1976, art. 174.

Em 30 de setembro de 2023 foi realizada a Assembleia Geral Extraordinária para disciplinar sobre matéria da proposta de aumento de capital da Companhia no montante de R\$15.030. A matéria foi aprovada por unanimidade decorridos os ritos processuais determinados na Lei nº 6.404/1976, art. 174.

11.2 Reservas de lucros

A Companhia constitui reserva de lucros apropriando a destinação de reserva legal de 5% do lucro do exercício, sendo o total da reserva, limitado à 20% do capital social da Companhia, de acordo com os dispositivos e limites estabelecidos em lei, constituiu uma reserva de R\$2.242 (R\$1.403 em 31 de dezembro de 2022).

Para atender a projeto de investimento, a Companhia poderá reter parte dos lucros do exercício, conforme disciplinado pelo art. 196 da Lei no 6.404/76. Em 31 de dezembro de 2023, de acordo com a legislação, constituiu uma reserva de R\$41.755 (R\$26.125 em 31 de dezembro de 2022).

11.3 Destinação dos resultados

O estatuto social da Companhia estabelece a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios correspondentes a 2% do lucro líquido ajustado na forma prevista no artigo 202 da Lei 6.404/76. Em 31 de dezembro de 2023, foi constituído dividendos mínimos de R\$852 (R\$533 em 31 de dezembro de 2022). Adicionalmente, de acordo com o estatuto social, compete ao Conselho de Administração deliberar sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio e de dividendos intermediários e/ou intercalares.

12 RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

A receita é reconhecida em bases mensais e quando existe evidência convincente de que houve: (i) a identificação dos direitos e obrigações do contrato com o cliente; (ii) a identificação da obrigação de desempenho presente no contrato; (iii) a determinação do preço para cada tipo de transação; (iv) a alocação do preço da transação às obrigações de desempenho estipuladas no contrato; e (v) o cumprimento das obrigações de desempenho do contrato. Uma receita não é reconhecida se houver uma incerteza significativa sobre a sua realização.

As receitas da Companhia e de suas controladas são mensuradas conforme as obrigações de desempenho identificadas nos contratos com os clientes, sendo os principais critérios de reconhecimento e mensuração, por segmento, apresentados a seguir:

(a) Receita de suprimento de energia elétrica

A receita de venda de energia elétrica é reconhecida no resultado de acordo com as regras do mercado de energia elétrica, as quais estabelecem a transferência de controle sobre a quantidade contratada de energia para o comprador. O controle da energia elétrica é obtido a partir do momento que a Companhia transfere a energia elétrica ao cliente. A apuração do volume de energia entregue para o comprador ocorre em bases mensais, conforme as bases contratadas. A receita de suprimentos de energia elétrica inclui também as transações no mercado de curto prazo.

(b) Venda de Energia na Câmara de Comercialização de Energia – CCEE

A Companhia e suas controladas reconhecem pelo valor justo da contraprestação a receber no momento que haja um excedente de geração, após transferências no Mecanismo de Realocação de Energia (MRE), liquidada no mercado spot (“mercado de curto prazo”) ao valor do preço de liquidação das diferenças (PLD) e comercializado no âmbito da CCEE, nos termos da Convenção de Comercialização de Energia Elétrica.

(c) Leilão de Energia de Reserva (LER)

A receita da Companhia e suas controladas é reconhecida conforme a entrega da energia. Dessa forma, o valor da contraprestação reflete o valor do contrato a receber quando a energia é efetivamente entregue ao cliente.

Os contratos de Energia de Reserva estabelecem que sejam apuradas em cada ano contratual as diferenças entre a energia gerada pelas usinas e a energia contratada com base na quantidade de energia (MWh) e o preço contratual. Os contratos estabelecem limites para os desvios positivos ou negativos com aplicação de bônus ou penalidades, que devem compor a contraprestação.

	Consolidado	
	2023	2022
Contratos bilaterais	77.792	90.707
Ressarcimento de energia	16.183	(18.244)
Mercado de curto prazo	29	3
Crédito de carbono	-	7.788
Receita operacional bruta	94.004	80.254
(-) PIS e COFINS	(2.841)	(3.214)
(-) ICMS	(12)	-
Receita operacional líquida	91.151	77.040

13 CUSTO DE PRODUÇÃO E OPERAÇÃO DE ENERGIA

	Consolidado	
	2023	2022
Custo da produção de energia elétrica		
Mercado de curto prazo	(19)	(21)
Encargos de uso, transmissão e conexão da rede elétrica	(6.236)	(7.009)
Taxa de fiscalização ANEEL	(390)	(353)
Subtotal	(6.645)	(7.383)
Custo da operação		
Serviços de terceiros	(8.939)	(4.093)
Material	(2.497)	(3.014)
Depreciação e amortização	(17.689)	(14.199)
Seguros	-	(2.078)
Arrendamentos e aluguéis	(196)	(126)
Contribuições setoriais	(68)	(45)
Outros custos operacionais	(79)	(64)
Subtotal	(29.468)	(23.619)
Total	(36.113)	(31.002)

14 GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Serviços de terceiros	(33)	(241)	(3.578)	(5.089)
Material	-	-	(1)	-
Depreciação e amortização	(92)	-	(92)	-
Total	(125)	(241)	(3.671)	(5.089)

15 RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Receitas financeiras				
Rendimentos de aplicações financeiras	1	46	947	154
Rendimentos de cauções e depósitos vinculados	-	-	19.338	12.978
Variações monetárias	2	-	95	243
PIS e COFINS sobre receita financeira	-	(2)	-	235
Outras receitas financeiras	5	-	59	-
Subtotal	8	44	20.439	13.610
Despesas financeiras				
Encargos financeiros de dívidas	-	-	(9.445)	(10.065)
Atualização provisão desmobilização	-	-	(1.227)	(1.466)
Atualização ressarcimento	-	-	(1.386)	(5.481)
Juros sobre arrendamento	-	-	(909)	(827)
Juros capitalizados transferidos para o imobilizado /intangível em curso	-	-	(4.082)	(1.689)
Tarifas e encargos bancários	-	(1)	(283)	(747)
Outras despesas financeiras	-	-	(144)	(125)
Subtotal	-	(1)	(17.476)	(20.400)
Total Líquido	8	43	2.963	(6.790)

16 COMPOSIÇÃO DA BASE DE CÁLCULO E A CONCILIAÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A Companhia apurou os tributos sobre o lucro com base no regime do lucro real, onde não apurou lucro tributável. As Controladas, por sua vez, estão enquadradas no regime do lucro presumido sob o regime de caixa em 31 de dezembro de 2023, diferentemente do regime de tributação do ano de 2022, onde o cálculo do imposto de renda e da contribuição social foram realizados com base no regime de apuração pelo lucro real.

No regime sobre o lucro real apurado pela Companhia, a base de cálculo do imposto de renda é calculada sobre o lucro bruto as alíquotas regulares de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre a base de tributos que ultrapassar R\$ 240 ao ano, para o imposto de renda. A base de cálculo da contribuição social é calculada sobre o lucro bruto a qual se aplica a alíquota regular de 9%. A Companhia não apurou lucro tributável no exercício.

No regime sobre o lucro presumido apurado pelas Controladoras é realizada com base na forma de tributação do lucro presumido sob o regime de caixa. A base de cálculo do imposto de renda é calculada à razão de 8% sobre as receitas brutas provenientes da geração de energia e de 100% das receitas financeiras, sobre as quais se aplicam as alíquotas regulares de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre a base de tributos que ultrapassar R\$ 240 ao ano, para o imposto de renda. A base de cálculo da contribuição social é calculada à razão de 12% sobre as receitas brutas provenientes da geração de energia e de 100% das receitas financeiras, sobre as quais se aplicam a alíquota regular de 9%.

Os Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias. Os Impostos diferidos ativos são reconhecidos em face da expectativa de utilização de prejuízo fiscal e base negativa, bem como diante de diferenças temporárias dedutíveis, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para que as diferenças temporárias possam ser realizadas

	Controladora		Consolidado	
	2023		2023	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Resultado antes dos tributos	44.849	44.849	53.625	53.625
Alíquota Nominal	25%	9%	25%	9%
IRPJ e CSLL	(11.212)	(4.036)	(13.406)	(4.826)
Adições e Exclusões à base:				
Equivalência Patrimonial	11.213	4.037	-	-
Despesas não necessárias	29	10	29	10
Prejuízo fiscal sem diferido constituído	(30)	(11)	(30)	(11)
Ajuste Lucro Presumido	-	-	8.456	2.732
Ajuste de Imposto				
Ajuste de Anos Anteriores	-	-	(295)	(55)
Outros Ajustes	-	-	8	
Ativo s/ PF/BN sobre JOA	-	-	(1.021)	(367)
Imposto de Renda e Contribuição Social	(0)	(0)	(6.259)	(2.517)
Alíquota Efetiva	0,00%	0,00%	-11,67%	-4,69%
Corrente	-	-	(6.617)	(2.710)
Diferido	-	-	358	193
Total	-	-	(6.259)	(2.517)

	Controladora		Consolidado	
	2022		2022	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Resultado antes dos tributos	28.061	28.061	34.401	34.401
Alíquota Nominal	25%	9%	25%	9%
IRPJ e CSLL	(7.015)	(2.525)	(8.600)	(3.096)
Adições e Exclusões à base:				
Equivalência Patrimonial	7.089	2.552	-	-
Prejuízo fiscal sem diferido constituído	(73)	(26)	(73)	(26)
Ajuste Lucro Presumido	-	-	5.027	1.005
Ajuste de Imposto				
Outros Ajustes	(1)	(1)	-	-
Ativo s/ PF/BN sobre JOA	-	-	(424)	(153)
Imposto de Renda e Contribuição Social	-	-	(4.070)	(2.270)
Alíquota Efetiva	0%	0%	-11,83%	-6,60%
Corrente	-	-	(4.270)	(2.378)
Diferido	-	-	200	108
Total	-	-	(4.070)	(2.270)

17 INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTOS DE RISCOS

17.1 Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros ativamente negociados em mercados financeiros organizados é determinado com base nos preços de compra cotados no mercado no fechamento dos negócios na data do balanço.

O valor justo de instrumentos financeiros para os quais não haja mercado ativo é determinado utilizando técnicas de avaliação. Essas técnicas de avaliação podem incluir o uso de transações recentes de mercado (com isenção de interesses), referência ao valor justo corrente de outro instrumento similar, análise de fluxo de caixa descontado ou outros modelos de avaliação.

Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia e suas controladas são como segue:

Notas	Consolidado				Categoria	
	2023		2022			
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo		
ATIVO (Circulante e não circulante)						
Caixa e equivalentes de caixa (numerário disponível)	3	278	278	260	260	Custo amortizado
Caixa e equivalentes de caixa (operações compromissadas)	3	428	428	8.978	8.978	Valor justo por meio do resultado
Investimentos de curto prazo	3	-	-	34	34	Valor justo por meio do resultado
Contas a receber de clientes	4	4.210	4.210	8.020	8.020	Custo amortizado
Cauções e depósitos vinculados	5	208.076	208.076	169.683	169.683	Custo amortizado
Conta de ressarcimento	7	3.507	3.507	123	123	Custo amortizado
Total		216.499	216.499	187.098	187.098	
PASSIVO (Circulante e não circulante)						
Fornecedores		3.046	3.046	6.149	6.149	Custo amortizado
Empréstimos e financiamentos	10	158.729	158.729	174.185	174.185	Custo amortizado
Contas a pagar partes relacionadas		1.477	1.477	4.277	4.277	Custo amortizado
Conta de ressarcimento	7	31.039	31.039	52.374	52.374	Custo amortizado
Passivo de arrendamento		8.936	8.936	11.324	11.324	Custo amortizado
Dividendos a pagar		1.623	1.623	771	771	Custo amortizado
Total		204.850	204.850	249.080	249.080	

O caixa e equivalentes de caixa estão classificados como custo amortizado. A rubrica Investimentos de curto prazo é composta basicamente por Certificados de Depósitos Bancários ("CDBs") e operações compromissadas, as quais são marcadas a mercado mensalmente com base na curva da taxa CDI para a data final do exercício, conforme definido em sua data de contratação.

Para a rubrica empréstimos e financiamentos, o método de mensuração utilizado para cômputo do valor de mercado foi o fluxo de caixa descontado, considerando expectativas de liquidação desses passivos e taxas de mercado vigentes, respeitando as particularidades de cada instrumento na data do balanço.

17.2 Gerenciamento de riscos

A Companhia e suas controladas estão expostas principalmente a risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez, além de riscos adicionais descritos nesta nota explicativa. A ocorrência de qualquer um dos riscos abaixo poderá afetar adversamente a Companhia e suas controladas, podendo causar um efeito em suas operações, sua condição financeira ou em seus resultados operacionais. A estrutura de gerenciamento de riscos, assim como os principais fatores de riscos estão descritos a seguir:

(a) Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa (PECLD)

As transações de energia do curto prazo são liquidadas de acordo com as regras de mercado e com as Resoluções da ANEEL. A energia de curto prazo normalmente é liquidada em até 60 dias após o mês de sua ocorrência. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possui saldos pendentes de recebimentos, principalmente devido ao rateio da inadimplência do setor. Com base em uma avaliação das garantias e históricos de recebimentos, a Companhia concluiu que há evidências razoáveis de que os créditos serão recebidos e, dessa forma, nenhuma perda estimada em crédito de liquidação duvidosa foi registrada pela Companhia.

Ademais, o montante a receber de energia de curto prazo é administrado pela CCEE que, por sua vez, controla a inadimplência entre os participantes setoriais com base em regulamentações emitidas pelo Poder Concedente, diminuindo o risco de crédito nas transações realizadas.

(b) Riscos resultantes de instrumentos financeiros

A Companhia e suas controladas possuem exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

(b.1) Risco de crédito

Consiste no risco de a Companhia e suas controladas incorrerem em perdas devido a uma contraparte do instrumento financeiro não cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente de caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo.

Caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo

Risco associado às aplicações financeiras depositadas em instituições financeiras que estão suscetíveis às ações do mercado e ao risco a ele associado, principalmente à falta de garantias para os valores aplicados, podendo ocorrer perda destes valores.

A Companhia e suas controladas atuam de modo a diversificar o risco de crédito junto às instituições financeiras, centralizando as suas transações apenas em instituições de primeira linha e estabelecendo limites de concentração, seguindo suas políticas internas quanto à avaliação dos investimentos em relação ao patrimônio líquido das instituições financeiras e aos respectivos ratings das principais agências.

A Companhia e suas controladas utilizam a classificação das agências *Fitch Ratings* (Fitch), *Moody's* ou *Standard & Poor's* (S&P) para identificar os bancos elegíveis de composição da carteira de investimentos. Quaisquer instituições financeiras que apresentem, em pelo menos uma das agências de risco, rating inferior ao estabelecido (AA-), em escala nacional em moeda local, não poderão fazer parte da carteira de investimentos.

Quanto aos valores de exposição máxima por instituições financeiras, vale o mais restritivo dos seguintes critérios definidos pela Companhia: (i) Critério de Caixa: Aplicações de no máximo 20% (Patrimônio Líquido (PL) da instituição financeira inferior a R\$5.000.000) até 25% (PL superior a R\$5.000.000) do total da carteira por instituição financeira. (ii) Critério de Patrimônio Líquido da Companhia: Aplicações de no máximo 20% de seu PL por instituição financeira; e (iii) Critério de PL da instituição financeira recebedora de recursos: Cada instituição financeira poderá receber recursos de no máximo 3% (PL inferior a R\$4.000.000) até 5% (PL superior a R\$8.000.000) de seu PL. Vale o mais restritivo dos critérios i, ii e iii.

Contas a receber

As vendas de energia são efetuadas para consumidores livres, por meio de contratos bilaterais. Nos contratos bilaterais de venda de energia no longo prazo no ambiente de contratação livre, a Empresa possui três processos focados na mitigação de risco: (i) Análise de Crédito: Análises de demonstrativos financeiros dos clientes, concorrência, setor econômico de atuação e restritivos externos junto a bureaus de crédito, (ii) cálculo do rating de acordo com modelo interno e (iii) exigência de garantias: conforme análise de crédito, rating e condições contratuais. Para o mercado de curto prazo, eventuais inadimplências nos contratos de venda estão sujeitas à regulamentação da ANEEL, a qual tem a finalidade de garantir a liquidez no mercado de energia.

A exposição máxima ao risco do crédito na data base de 31 de dezembro de 2023 e 2022 é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Caixa e equivalentes de caixa	706	9.238	706	9.238
Investimentos de curto prazo	-	34	-	34
Contas a receber de clientes	4.210	8.020	4.210	8.020
Cauções e depósitos vinculados	208.076	169.683	208.076	169.683
Total	212.992	186.975	212.992	186.975

(b.2) Risco de gerenciamento de capital

A Companhia e suas controladas controlam suas estruturas de capital de acordo com as condições macroeconômicas e setoriais, de forma a possibilitar os pagamentos de dividendos, maximizar o retorno de capital aos acionistas, bem como a captação de novos empréstimos e emissões de valores mobiliários junto ao mercado financeiro e de capitais, entre outros instrumentos que julgar necessário.

De forma a manter ou ajustar a estrutura de capital, a Companhia e suas controladas podem revisar a sua prática de pagamento de dividendos, aumentar o capital através de emissão de novas ações ou vender ativos para reduzir o nível de endividamento, se for o caso.

A Companhia e suas controladas também monitoram constantemente sua liquidez e os seus níveis de alavancagem financeira, além de buscar o alongamento do perfil de suas dívidas, de forma a mitigar o risco de refinanciamento.

A Companhia e suas controladas incluem dentro da estrutura de dívida líquida: empréstimos e financiamentos, menos caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo.

Na tabela abaixo, está demonstrado o índice de alavancagem financeira:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Empréstimos e financiamentos	158.729	174.185	158.729	174.185
Caixa e equivalentes de caixa	(706)	(9.238)	(706)	(9.238)
Investimentos de curto prazo	-	(34)	-	(34)
Cauções (garantias de financiamentos)	(206.027)	(166.229)	(206.027)	(166.231)
Dívida líquida	(48.004)	(1.316)	(48.004)	(1.318)
Patrimônio líquido	308.791	223.769	308.791	223.769
Dívida líquida / Patrimônio líquido	-15,55%	-0,59%	-15,55%	-0,59%

Além do endividamento financeiro apresentado acima, a Companhia e suas controladas monitoram sua situação financeira com base em índices financeiros utilizados para fins de covenants, conforme nota explicativa nº 10.4.

(b.3) Risco de liquidez

O risco de liquidez acontece com a dificuldade de cumprir com obrigações contratadas em datas previstas.

A Companhia e suas controladas adotam como política de gerenciamento de risco: (i) manter um nível mínimo de caixa como forma de assegurar a disponibilidade de recursos financeiros; (ii) monitorar diariamente os fluxos de caixa previstos e realizados, (iii) manter aplicações financeiras com vencimentos diários ou que fazem frente aos desembolsos, de modo a promover máxima liquidez; (iv) estabelecer diretrizes para contratação de operações de hedge exclusivamente para mitigação dos riscos financeiros da Companhia e suas controladas, bem como a operacionalização e controle destas posições.

A tabela a seguir apresenta informações sobre os vencimentos futuros dos passivos financeiros da Companhia e suas controladas. Para a rubrica “Empréstimos e financiamentos” estão sendo considerados os fluxos de caixa projetados. Por se tratar de uma projeção, estes valores diferem dos divulgados na nota explicativa nº 7. As informações refletidas na tabela abaixo incluem os fluxos de caixa de principal e juros.

	Controladora				
	Menos de 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 2 anos	Saldos em 31 de dezembro de 2023	Saldos em 31 de dezembro de 2022
Fornecedores	3	-	-	3	1
Contas a pagar a partes relacionadas	-	-	-	-	44
Dividendos a pagar	-	852	771	1.623	771
Total	3	852	771	1.626	816

	Consolidado						
	Menos de 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 2 anos	De 2 a 5 anos	Mais que 5 anos	Saldos em 31 de dezembro de 2023	Saldos em 31 de dezembro de 2022
Fornecedores	3.046	-	-	-	-	3.046	6.149
Empréstimos e financiamentos	2.478	22.792	52.089	83.000	38.890	199.249	174.185
Contas a pagar a partes relacionadas	-	-	1.477	-	-	1.477	4.277
Passivo de arrendamento	135	543	602	2.254	5.851	9.385	11.324
Dividendos a pagar	-	852	771	-	-	1.623	771
Total	5.659	24.187	54.939	85.254	44.741	214.780	196.706

(b.4) Riscos de taxas de juros

A Companhia e suas controladas possuem empréstimos e financiamentos remunerados pela variação da TJLP, acrescidos de juros contratuais. Consequentemente, está exposta à flutuação destas taxas de juros e índices, impactando suas despesas financeiras.

O montante de exposição líquida da Companhia e suas controladas aos riscos de taxas de juros na data base de 31 de dezembro de 2023 é:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Caixa e equivalentes de caixa (operações compromissadas)	-	-	428	8.978
Investimentos de curto prazo	-	34	-	34
Cauções e depósitos vinculados	-	-	208.076	169.683
Conta de ressarcimento	-	-	(27.532)	(52.251)
Empréstimos e financiamentos	-	-	(173.789)	(191.411)
Total	-	34	7.183	(64.967)

Os montantes de empréstimos e financiamentos apresentados na tabela acima referem-se somente às dívidas indexadas a TJLP e juros pré-fixados e não contemplam os saldos de custos a amortizar.

Com base nos dados disponíveis na CETIP, Banco Central e FGV, foi extraída a projeção dos indexadores CDI, TJLP e IPCA para um ano, e assim definindo-o como o cenário provável: a partir deste, foram calculadas variações de 25% e 50% das garantias de financiamento, empréstimos e financiamentos e ressarcimento.

Consolidado			Projeção Resultado financeiro - 01 ano				
Cauções (Garantias de financiamento)	Risco	Posição em 31/12/2023	Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário Provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
CDI			5,11%	7,67%	10,22%	12,78%	15,33%
Cauções (Garantias de financiamento)	CDI	206.027	10.528	15.802	21.056	26.330	31.584
Impacto no resultado			10.528	15.802	21.056	26.330	31.584
Total da exposição líquida			10.528	15.802	21.056	26.330	31.584

Consolidado			Projeção Resultado financeiro - 01 ano				
Ressarcimento	Risco	Posição em 31/12/2023	Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário Provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
IPCA			1,94%	2,91%	3,88%	4,85%	5,82%
Ressarcimento - ativo	IPCA	3.507	68	102	136	170	204
Ressarcimento - passivo	IPCA	(31.039)	(602)	(903)	(1.204)	(1.505)	(1.806)
Impacto no resultado			(534)	(801)	(1.068)	(1.335)	(1.602)
Total da exposição líquida			(534)	(801)	(1.068)	(1.335)	(1.602)

A Companhia possui empréstimos e financiamentos com o Banco Nacional de Desenvolvimento (“BNDES”) e com o Banco do Nordeste do Brasil S.A. (“BNB”), conforme detalhado na nota explicativa nº 10. No entanto, apenas a dívida junto ao BNDES possui incertezas com relação ao indexador, a dívida com o BNB é indexada com juros pré-fixados descartando com isso incertezas na execução futura do contrato.

Consolidado			Projeção Resultado financeiro - 01 ano				
Empréstimos e financiamentos	Risco	Posição em 31/12/2023	Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário Provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
TJLP			2,82%	4,23%	5,65%	7,06%	8,47%
BNDES - Complexo Mandacarú e Salinas	TJLP	(41.284)	(1.900)	(2.493)	(3.088)	(3.682)	(4.274)
Impacto no resultado			(1.900)	(2.493)	(3.088)	(3.682)	(4.274)
Total da exposição líquida			(1.900)	(2.493)	(3.088)	(3.682)	(4.274)

(b.5) Risco de aceleração de dívidas

A Companhia tem contratos de dívida (empréstimos e financiamentos) com cláusulas restritivas (“covenants”) normalmente aplicáveis a esses tipos de operações, relacionadas ao atendimento de índices econômico-financeiros, geração de caixa e outros. Todos os índices financeiros acima mencionados foram integralmente acompanhados pela Administração da Companhia. A não observância dos índices financeiros, verificados anualmente, implica na possibilidade de antecipação do vencimento da dívida, o que teria um impacto adverso no fluxo de caixa da Companhia.

(c) Outros riscos considerados relevantes

(c.1) Risco socioambiental

A instalação e operação de empreendimentos voltados à geração de energia elétrica utilizam e/ou interferem em recursos naturais e podem causar impactos ambientais. Portanto, as atividades da Companhia estão sujeitas a diversas leis e regulamentos ambientais que estabelecem padrões de qualidade e de proteção ambiental que devem ser respeitados e que, se violados, podem sujeitar os infratores às sanções administrativas, cíveis e criminais, além da obrigação de reparação de danos ambientais.

As diretrizes ambientais adotadas pelas sociedades pertencentes ao Grupo econômico da MS Participações, baseiam-se, entre outros, no princípio de prevenção, na responsabilidade social e no cumprimento da legislação ambiental aplicável ao setor em que atuam. O gerenciamento ambiental de todas as atividades das empresas do Grupo AES no Brasil é realizado com foco na proteção ao

meio ambiente, na prevenção à poluição, atendimento à legislação e melhoria contínua de seus processos, inclusive por meio da sua Política de Sustentabilidade, considerando de forma equilibrada aspectos econômicos, ambientais e sociais.

(c.2) Risco em renováveis não-hídricas

Constrained-off de usinas eólicas

O *constrained-off* de usinas pode ser definido como a restrição de geração demandada pelo operador centralizado com relação à programação devido às limitações da rede de transmissão ou requisitos de reservas operacionais. Nessas situações, o gerador encontra-se impedido de atender seus contratos ou outros compromissos por meio da geração de suas próprias unidades geradoras. Essa frustração da geração caracteriza o custo de oportunidade atrelado ao *constrained-off* de usinas.

Em 22 de março de 2021, foi publicada a Resolução nº 927/2021, que estabelece procedimentos e critérios para apuração e pagamento de restrição de operação por *constrained-off* de usinas eólicas. Para isso, o ONS avaliará os eventos de restrição de operação por *constrained-off* que forem motivados por indisponibilidade das instalações de transmissão classificadas como Rede Básica e Demais Instalações de Transmissão – DITs no âmbito da Distribuição.

Considerando o Despacho nº 2303/2019, de 20 de agosto de 2019, a ANEEL suspendeu a avaliação pela CCEE dos eventos de *constrained-off* para o ACR até que houvesse regulamentação. As regras serão aplicadas somente para pedidos de reconhecimento de *constrained-off* protocolados na ANEEL cuja apuração foi suspensa pelo Despacho ANEEL nº 2303/2019. Tais eventos são limitados ao CCEAR e CER, não incluindo eventos do ACL.

Ainda, o reconhecimento de eventos motivados por indisponibilidade nas instalações de Distribuição, exceto para DIT, não está previsto.

Assim, para eventos do passado, ocorridos até setembro de 2021, nos termos da Resolução nº 927/2021, os ressarcimentos devem ser avaliados e recontabilizados de acordo com a regra posta na nova regulamentação em consonância ao que se aplicava no passado (precedentes), ou seja, deverão ser ressarcidas todas as restrições elétricas no limite dos contratos de comercialização. Para o ACL, processos administrativos serão julgados caso a caso, visto que a referida Resolução não aprovou o ressarcimento generalizado.

No que se refere ao futuro, eventos ocorridos após setembro de 2021, os ressarcimentos serão devidos após extrapolada uma franquia de horas anuais de energia restringida, que será definida anualmente, tendo sido 78, 58 e 61 em 2021, 2022 e 2023, respectivamente. As classificações sobre restrições no ONS foram alteradas, sendo algumas elegíveis com franquia, outras sem e outras não elegíveis. Sobre essa regra há ainda pontos que devem ser detalhados em regras e procedimentos da CCEE e ONS, respectivamente.

Em outubro de 2021, por meio do Despacho nº 3.080/2021, a ANEEL aprovou a Regra de Comercialização que estabelece o cálculo da energia não fornecida decorrente de *constrained-off* de usinas eólicas, referente ao período referido acima como passado. Considerando que a Regra aprovada foi de encontro com o entendimento, principalmente de que fossem consideradas as restrições energéticas para apuração do *constrained-off*, a Associação Brasileira de Energia Eólica (ABEEólica) protocolou na ANEEL recurso administrativo requerendo:

- a) Reconhecimento de restrições energéticas;
- b) Não limitação do reconhecimento no atendimento dos contratos de energia de reserva;
- c) Reconhecimento da energia do PROINFA como energia do ACR para que haja direito de ressarcimento.

Até que se avalie o recurso, as regras podem ser aplicadas, recontabilizando a energia restringida por *constrained-off*.

Apesar da publicação do despacho, em função de correções e adaptações sistêmicas, a CCEE divulgou o comunicado (CO 970/22), apenas em 23/12/2022, informando cronograma de processamento dos ressarcimentos para usinas eólicas e também para os solares. Quando o

regramento final para ambas as fontes for finalizado, aprovado e implantado, poderá haver novos reprocessamentos.

Em agosto de 2023, houve uma ocorrência de nível nacional “apagão”, que impactou em grande escala geração de energia renovável, principalmente, no Nordeste brasileiro. Essa restrição, por decisões de segurança sistêmica do ONS, se manteve alta e frequente ao longo dos próximos meses, tendo impactos até o momento (dezembro).

Em função das restrições, que são constrained-off para usinas eólicas, em outubro, a ABEEólica conjuntamente com seus associados ingressou com ação judicial e pedido liminar para revisão das normas atuais considerando principalmente a necessidade de ressarcimento de qualquer evento de *constrained-off*. Ainda em outubro, foi proferida decisão indeferindo o pedido liminar. Em função da negativa, em novembro de 2023, foi protocolado recurso de agravo de instrumento, o qual foi deferido.

Lastro de Energia de Reserva para usinas eólicas e solares

Em 15 de dezembro de 2020, foi publicada a Resolução Normativa ANEEL nº 909/2020, que, ao aprovar novas Regras de Comercialização de Energia Elétrica, introduziu, entre outras providências, a “Penalidade por Insuficiência de Lastro de Energia de Reserva”. Nesta condição, o caderno de Regras “Penalidade de Energia de Reserva” foi alterado a fim de contemplar a aplicação de penalidade para usinas eólicas e fotovoltaicas vencedoras de leilões de energia de reserva em caso de insuficiência de lastro de energia para cumprimento de seus contratos. Tal penalidade passará a ser calculada a partir de janeiro de 2022, sendo que os efeitos financeiros devem ser percebidos a partir de julho de 2022.

A Companhia, juntamente com outros agentes do setor e em nome da ABEEOLICA e ABSOLAR, contratou um parecer jurídico-regulatório a fim argumentar que a decisão da ANEEL quanto a aplicação de penalidade por insuficiência de lastro não deve ocorrer para as usinas eólicas e fotovoltaicas, alegando principalmente que a Lei 10.848/2004 não impõe a obrigação de constituição de lastro de Energia de Reserva, pois sua função é garantir o fornecimento de energia elétrica.

18 EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 31 de março de 2024 foi realizada a Assembleia Geral Extraordinária para disciplinar sobre matéria da proposta de aumento de capital da Companhia no montante de R\$12.105, dividido em 12.105 ações representativas do Capital Social. A matéria foi aprovada por unanimidade decorridos os ritos processuais determinados na Lei nº 6.404/1976, art. 174.